



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00028

Brasília, 05 de março de 2015.

Objetivo da reunião: Andamento do Projeto PJe
Horário e local: 14h30 - Videoconferência
Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETÁRIO	SDI
Misael Guerra Pessoa de Andrade	ASSESSOR B	ASTEC - SE
Edimilson Cavalcante de Oliveira	COORDENADOR	COGES
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Deusdete Alves Paixão	SUBSECRETÁRIO	SUSOF
Desembargador Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do PJe	TRF3
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF1
Valdir Claro Jeronymo	Diretor da SECJU do TRF3	TRF3
David Panessa Baccelli	Assessor da Presidência	TRF3

Pauta

1. Informações sobre a implantação do PJe na TNU

CJF informa que em razão da proximidade da liberação da nova versão 1.7.1., a equipe resolveu trabalhar na homologação dessa última versão e já estão trabalhando na solução dos problemas. A equipe trabalha com o prazo de conclusão de duas semanas, visto que os servidores da TNU estão dedicados ao trabalho.

2. Informações sobre a implantação do PJe no TRF1

TRF1 informa que os trabalhos de reparação dos defeitos apresentados na operação do sistema estão indo bem e que os trabalhos estão sendo desenvolvidos pela equipe de servidores do CNJ, CJF e TRF1. A equipe ficará dedicada e, se necessário, poderá



Classif. documental 40.07.01.01



CJFMRU201500028A

permanecer pelo período que for necessário para conclusão dos trabalhos. Reporta que o problema de infraestrutura que surgiu na segunda-feira não foi especificamente relacionada ao PJe, mas ocorreu em todo TRF1.

3. Diárias e passagens. Procedimentos e prazos.

CJF apresenta uma questão administrativa a respeito das solicitações de deslocamento de servidores de outros Tribunais que dependam de diárias e passagens custeadas pelo CJF que se observem os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução n. CJF-RES-2015/00340 e na Portaria n. CJF-POR-2015/00087.

4. Relato sobre reunião do Comitê Gestor Nacional realizada no dia 26/03

O Desembargador Paulo Sérgio repassa aos participantes os principais assuntos tratados e faz referência ao registro informal que elaborou. Solicita alguém para secretariar as participações no CNJ. TRF1 informa que o Marcos Barbosa poderá acompanhar o Desembargador Paulo Sérgio na reunião do Comitê no CNJ.

5. Discussão sobre o Projeto PJe V 2.0

O plano de projeto da nova versão não deixa claro o encaminhamento que será dado à versão atual, principalmente quanto à continuidade e prioridade. Todos concordam que no plano de projeto deve estar claro que a versão atual não será abandonada. Ressalta a importância de desenvolver um PJe único nacional, mesmo sendo desenvolvido modularmente, e solicita sugestões para desenvolver justificativa sobre a filosofia do PJe nacional. TRF1 sugere que o plano de projeto tenha data de início e término. Foi aberto prazo para que os tribunais regionais federais analisem e apresentem sugestões ao referido plano de projeto, mesmo com prazo exíguo. Os prazos são os seguintes: Envio das sugestões para o Desembargador Paulo Sérgio até 11/3, consolidação em 12/3 e envio ao CNJ até 13/3.

6. Grupo de trabalho CNJ para apresentar proposta de solução de relatórios ao PJe

CJF apresenta as quatro fases para a implantação de relatórios gerenciais no PJe. TRF3 manifesta preocupação quanto ao atendimento da solução desenvolvida às expectativas da 3ª Região. CJF esclarece que as expectativas serão atendidas e abre a possibilidade para que todos deem sugestões para encaminhamento à Comissão do CNJ para discussão. TRF3 confirma o interesse de participar do trabalho. Quanto aos relatórios é informado que algumas consultas poderão ser realizadas online. CJF conclui que na fase 1 serão priorizados os relatórios gerenciais e que o CNJ poderá custear diárias e passagens.

7. Grupo precatório

Solicitada a indicação de pessoas para participarem do grupo de precatório. CJF informa que já existe um grupo no Conselho. Foram mencionados o Juiz Federal coordenador do grupo de precatórios (Dr. Miguel) e os servidores que compõem o grupo (Jaelson/TRF5 e Wladimir/TRF3). TRF1 sugere que as indicações e o grupo sejam formalizados pelo CNJ. O Desembargador Paulo Sérgio informa que levará a questão para a próxima reunião naquele Órgão.

8. Custeio do PJe

TRF1 informa não possuir infraestrutura para a expansão do PJe e que é necessário definir



o custeio do desenvolvimento por meio da fábrica de software. CJF sugere o que Tribunal consulte a área orçamentária do CJF se os recursos alocados no PJe podem ser utilizados somente para o desenvolvimento, visto que originalmente não é possível utilizá-los em infraestrutura.

9. Pendências levantadas pelo TRF3

O TRF3 questionou se foram obtidos os novos fluxos desenvolvidos pelo TJPE para a Sessão de Julgamento. CJF já solicitou ao CNJ os novos fluxos e ainda não recebeu nenhuma resposta. Sobre a avaliação da ferramenta Redmine para abertura de demandas do PJe no âmbito da Justiça Federal, foi informado que o assunto ainda está sendo analisado pela Subcomissão de Parametrização e a Secretaria-Executiva.

10. Próxima reunião

17 de abril de 2015, 10h.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
5.1	envio de sugestões para o projeto PJe 2.0	todos	11/03/2015
7.1	Solicitar ao CNJ para criar oficialmente o grupo de trabalho de precatórios	Dr. Paulo Sérgio	26/03/2015
8.1	Consulta do TRF1 à área de orçamento do CJF sobre utilização do orçamento do PJe	TRF1	20/03/2015

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Coordenador de Gestão Organizacional/SDI



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento N°: 1433262-6920 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

